

Demonstrações Financeiras

F.AB. Zona Oeste S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

F.AB. Zona Oeste S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
+55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
F.AB. Zona Oeste S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da F.AB. Zona Oeste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Companhia para expressar uma opinião sobre as Demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de Março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Emerson Pompeu Bassetti
Contador CRC-1SP251558/O-0

F. AB. Zona Oeste S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	2019	2018	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	82.622	37.799	Fornecedores	12	15.850	15.195
Caixas restritos		7.203	7.444	Empréstimos e financiamentos	13.1	21.766	17.005
Contas a receber, líquidas	6	83.712	72.530	Arrendamento mercantil	13.2	1.498	
Adiantamentos a fornecedores		170	1.832	Debêntures	13.3	12.518	23.444
Tributos a recuperar	7	7.723	6.006	Salários e encargos sociais		7.365	6.559
Estoques		5.107	3.014	Tributos a pagar		4.754	4.290
Outros ativos		1.062	435	Obrigações com o poder concedente	14	1.650	17.228
				Dividendos a pagar		5.363	2.391
				Outros passivos		7.344	8.007
		<u>187.599</u>	<u>129.060</u>			<u>78.108</u>	<u>94.119</u>
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber, líquidas	6	5.855	6.535	Empréstimos e financiamentos	13.1	573.566	487.361
Fundos restritos	8	19.117	19.473	Arrendamento mercantil	13.2	1.879	
Tributos a recuperar	7	6.527	7.106	Debêntures	13.3	41.333	9.030
Partes relacionadas	16	12	12	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15 (a)	9.025	5.691
Depósitos judiciais	14	3.828	18.563	Partes relacionadas	16	1.383	904
Outros ativos		2.772	4.958	Provisões para contingências	17	3.671	4.181
				Obrigações com benefícios pós emprego	18	1.640	
		<u>38.111</u>	<u>56.647</u>			<u>632.497</u>	<u>507.167</u>
Imobilizado				Patrimônio líquido			
Ativos de contrato	9	3.417	2.983	Capital social	19	139.624	139.624
Direitos de uso de arrendamento mercantil	10	59.845	83.634	Reservas de lucros		30.884	15.277
Intangível	11	3.235		Ajuste de avaliação patrimonial		(1.082)	
		<u>587.824</u>	<u>483.863</u>			<u>169.426</u>	<u>154.901</u>
		<u>692.432</u>	<u>627.127</u>				
Total do ativo		<u>880.031</u>	<u>756.187</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>880.031</u>	<u>756.187</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	2019	2018
Operações			
Receita líquida de serviços	20 (a)	348.178	259.198
Custos dos serviços prestados	20 (b)	(219.396)	(152.101)
Lucro bruto		128.782	107.097
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	20 (b)	(64.350)	(70.894)
Outras despesas líquidas	20 (b)	(4.870)	(55)
Lucro operacional		59.562	36.148
Resultado financeiro	20 (c)		
Receitas financeiras		7.022	10.053
Despesas financeiras		(32.389)	(30.907)
Resultado financeiro, líquido		(25.367)	(20.854)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		34.195	15.294
Imposto de renda e contribuição social correntes	15 (b)	(7.724)	(4.217)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15 (b)	(3.892)	(1.010)
Lucro líquido do exercício		22.579	10.067
Lucro por ação básico e diluído aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	19 (e)	0,16	0,07

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	2019	2018
Lucro líquido do exercício		22.579	10.067
Outros resultados abrangentes			
Obrigações com benefícios pós emprego	18	(1.640)	
Efeitos fiscais		558	
Total do resultado abrangente do exercício		21.497	10.067

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital social		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
	Nota explicativa	Subscrito	Reserva legal	Retenção de lucros			
Em 1º de janeiro de 2018		139.624	2.766	6.442			148.832
Resultado do exercício:							
Lucro líquido do exercício					10.067		10.067
Transação de capital com sócios:							
Dividendos complementares	19 (d)			(1.607)			(1.607)
Dividendos mínimos obrigatórios	19 (d)				(2.391)		(2.391)
Constituição de reservas	19 (b) e (c)		503	7.173	(7.676)		
Em 31 de dezembro de 2018		139.624	3.269	12.008			154.901
Resultado do exercício:							
Lucro líquido do exercício					22.579		22.579
Outros resultados abrangentes:							
Obrigações com benefícios pós emprego	19 (f)					(1.082)	(1.082)
Transação de capital com sócios:							
Dividendos complementares	19 (d)			(1.609)			(1.609)
Dividendos mínimos obrigatórios	19 (d)				(5.363)		(5.363)
Constituição de reservas			1.129	16.087	(17.216)		
Em 31 de dezembro de 2019		139.624	4.398	26.486		(1.082)	169.426

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	34.195	15.294
Ajustes		
Depreciação e amortização	29.622	27.439
Amortização do arrendamento mercantil	1.632	
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	42	72
Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD")	50.220	42.264
Provisão para contingências	(520)	5.643
Margem de lucro de construção	(2.168)	(1.050)
Ajuste a valor presente ("AVP")	539	
Juros e variações monetárias, líquidos	29.198	29.943
	<u>142.760</u>	<u>119.605</u>
Variações nos ativos e passivos		
Caixas restritos	241	(3.084)
Contas a receber	(60.722)	(42.094)
Adiantamentos a fornecedores	1.662	(935)
Tributos a recuperar	(1.138)	3.411
Estoques	(2.093)	1.732
Depósitos judiciais	14.735	(2.506)
Outros ativos	1.559	1.754
Fornecedores	(1.503)	(4.538)
Salários e encargos sociais	806	400
Tributos a pagar	196	241
Obrigações com o poder concedente	(15.578)	151
Provisões para contingências	10	(4.380)
Partes relacionadas	479	309
Outros passivos	(663)	1.277
	<u>80.751</u>	<u>71.343</u>
Caixa proveniente das operações	<u>80.751</u>	<u>71.343</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.456)	(3.673)
	<u>73.295</u>	<u>67.670</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Fundos restritos	356	(1.113)
Adições ao imobilizado	(1.400)	(1.478)
Adições ao intangível	(99.007)	(36.355)
	<u>(100.051)</u>	<u>(38.946)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Ingressos de empréstimos e financiamentos	108.665	37.563
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(17.436)	(14.525)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(32.394)	(29.136)
Amortizações de arrendamento mercantil	(2.029)	
Ingressos de debêntures	45.000	
Custo de transação de ingresso das debêntures	(447)	
Amortizações das debêntures	(22.880)	(22.880)
Juros pagos de debêntures	(2.900)	(6.415)
Dividendos pagos	(4.000)	(3.754)
	<u>71.579</u>	<u>(39.147)</u>
Caixa líquido proveniente das (aplicado) nas atividades de financiamentos	<u>71.579</u>	<u>(39.147)</u>
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>44.823</u>	<u>(10.423)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>37.799</u>	<u>48.222</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>82.622</u>	<u>37.799</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A F. AB. Zona Oeste S.A. ("Companhia") foi constituída em 12 de dezembro de 2011, e tem por objeto social, específica e exclusivamente, a exploração e operação dos serviços de coleta e tratamento de esgoto, incluindo sua gestão comercial, na região denominada Área de Planejamento 5 ("AP-5"), localizada na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro - RJ, em virtude do procedimento licitatório promovido pelo Município do Rio de Janeiro ("Poder Concedente"), nos termos do edital da Concorrência Pública nº 38/2011.

A sede da Companhia está localizada na Rua Nazaré, s/n, ETE Deodoro, Rio de Janeiro – RJ.

Em 24 de janeiro de 2012, a Companhia assinou o contrato nº 001/2012, com a Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, assumindo a concessão do serviço público de esgotamento sanitário na AP-5 do Município do Rio de Janeiro pelo prazo de 30 anos, devendo cumprir com metas físicas e financeiras em relação à capitalização da Companhia, realização dos investimentos necessários a ampliação, conservação e manutenção do sistema, gestão comercial dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, entre outras obrigações como concessionário, conforme definido no edital de Concorrência Pública. As operações foram iniciadas em maio de 2012.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia é controlada em conjunto pela BRK Ambiental Participações S.A ("BRK Ambiental") e pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. ("SAAB"), com participação de 50% cada um.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Operação Lava Jato

A administração entende que, após a alienação, pela Odebrecht S.A., da BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental") para o novo acionista controlador (BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("BR FIP")), finalizada em 25 de abril de 2017, a BRK Ambiental, suas controladas, incluindo a Companhia, e o BR FIP não estão sujeitos a qualquer responsabilidade pelo pagamento da sanção pecuniária prevista no acordo de leniência celebrado entre o Ministério Público Federal e a Odebrecht S.A., *holding* do Grupo Odebrecht, homologada em 22 de maio de 2017. A BRK Ambiental e suas controladas não são subscritoras do mencionado Acordo, mas este beneficia todas as empresas que integravam o Grupo Odebrecht quando da sua celebração em 1º de dezembro de 2016. Dessa forma, a administração entende que não há razão para determinar que a BRK Ambiental e suas controladas devam ser afetadas pelos resultados das referidas investigações envolvendo seu antigo acionista controlador, seus desdobramentos e suas consequências. Entretanto, não é possível determinar se a BRK Ambiental e suas controladas estarão efetivamente livres do risco de serem eventualmente impactada pelas referidas investigações, desdobramentos e consequências. A BRK Ambiental e suas controladas adotaram e continuam implementando medidas para o contínuo aperfeiçoamento de seu Programa de Compliance com o objetivo de adotar as melhores práticas de mercado, de forma a detectar e tratar qualquer potencial inconformidade, conforme abaixo detalhado. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto.

(b) Programa de Compliance

A acionista BRK Ambiental e suas controladas estão comprometidas em realizar todas as suas atividades com integridade e com os mais altos padrões éticos e de transparência na implementação do seu Programa de Compliance, tomando por base o total cumprimento de todas as legislações e regulamentações, nacionais e internacionais aplicáveis, e adotando uma postura de tolerância zero a atos de corrupção, discriminação e comportamentos antiéticos.

Dessa forma, a acionista BRK Ambiental e suas controladas estabeleceram em sua governança corporativa a adoção deste Programa de Compliance, com reporte direto para a Presidência da Companhia, que determina as diretrizes que devem orientar as relações internas e externas de todos os funcionários, administradores, diretores, conselheiros e acionistas. Este Programa visa consolidar todas as iniciativas para a promoção e o fortalecimento da cultura ética e da integridade e para a mitigação de riscos por meio de mecanismos de prevenção, detecção e resposta de atos ilícitos e indesejados, inclusive em sociedades controladas.

A acionista BRK Ambiental é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, que une empresas com o objetivo de promover um mercado mais íntegro e ético e erradicar o suborno e a corrupção. A acionista BRK Ambiental também é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), que busca mobilizar a comunidade empresarial internacional em prol de uma relação mais próxima com as áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Programa SOX

No exercício de 2018 houve a manutenção do Programa SOX da BRK Ambiental, com a contínua execução deste programa e sua incorporação à rotina de trabalho, no contexto das obrigações do acionista controlador da BRK Ambiental, não tendo sido identificadas deficiências significativas ou fraquezas materiais, em conformidade com as diretrizes da Seção 404 da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley ("SOX"), que visa evitar, detectar e tratar qualquer potencial inconformidade relacionada às informações financeiras das empresas que compõem o Grupo BRK, garantindo maior confiabilidade às suas demonstrações financeiras. A Companhia possui as mesmas políticas internas do Grupo BRK, porém, não foi parte integrante do escopo do Programa SOX da BRK Ambiental.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 11 de março de 2020.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Caixas restritos

Os caixas restritos representam créditos em conta bancária arrecadados pela prestação de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário na AP-5.

Esta conta não é de livre movimentação, sendo que as transferências dos recursos somente poderão ser feitas para uma conta movimento após ordem do Agente Transmissor de Dados, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Depositário celebrado entre o Banco Bradesco S.A. e a Companhia, com interveniência da Companhia Estadual de Águas e Esgotos ("CEDAE").

Os créditos decorrentes da arrecadação pela prestação de serviços de abastecimento de água são transferidos à CEDAE e os créditos decorrentes da arrecadação de esgotamento sanitário são remetidos à conta movimento da Companhia, após a análise diária do Agente Transmissor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4.3 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment*, são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa “UGC”).

2.5 Contas a receber e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos as perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”), calculados com base na análise dos créditos e registrado no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber.

2.6 Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante.

2.7 Fundos restritos

O saldo de fundos restritos representa depósitos bancários, com rendimento de 102% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), tendo sua utilização vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de debêntures (Nota 13.3 (d)), sendo que os valores são retidos até os vencimentos dos mesmos.

2.8 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis, etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada período e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas, líquidas", na demonstração do resultado.

2.9 Ativos de contrato

Com a entrada em vigor, em 1º de janeiro de 2018, do CPC 47/IFRS 15 e a revisão do ICPC 01/IFRIC 12, notadamente o parágrafo 19 do ICPC01/IFRIC 12, a Companhia passou a classificar como ativo de contrato, no ativo de longo prazo, as obras anteriormente registradas como ativo intangível em curso referente aos contratos de concessão durante o período de construção.

O Ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que os ativos se encontram em fase de construção.

Visando uma melhoria na apresentação e facilitar o entendimento do leitor sobre os investimentos em construção vinculados aos contratos de concessões, a Companhia optou por fazer uma apresentação em linha segregada no balanço patrimonial para os ativos de contrato, conforme demonstrado abaixo:

	Saldo divulgado	Reclassificação	Saldo
Saldo em 01 de janeiro de 2018			
Ativo intangível (Nota 11)	541.407	(31.281)	510.126
Ativos de contrato (Nota 9)		31.281	31.281
Saldo em 31 de dezembro de 2018			
Ativo intangível (Nota 11)	567.497	(83.634)	483.863
Ativos de contrato (Nota 9)		83.634	83.634

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 Ativos intangíveis

(a) Sistema de esgoto

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários, pelos serviços prestados de esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecido conforme Nota 2.18 (b). O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(b) Direito de concessão

O direito de concessão refere-se à outorga registrada na concessão no ativo intangível (Nota 11) e as respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante.

A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

(d) Capitalização de juros

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

2.12 Obrigações com o poder concedente

A Companhia reconhece a obrigação com o poder concedente, pelo direito de explorar o objeto da concessão, quando seu valor é conhecido ou calculável e previsto em contrato. Se o prazo de pagamento for equivalente a um ano ou menos, é classificada no passivo circulante. Caso contrário, é apresentada no passivo não circulante (Nota 14)

2.13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo dos mesmos sejam sacados.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período que são incorridos.

F. AB. Zona Oeste S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.14 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixo (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.15 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa de contribuição social e adições ou exclusões temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% de imposto de renda e de 9% para a contribuição social para as empresas sediadas no Brasil.

Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

2.16 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.17 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.18 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receita de serviços

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício, sendo as receitas referente a prestação de serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período.

(b) Receita de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo intangível, presente no contrato de concessão pública (ICPC 01 (R1) e OCPC 05), já que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção.

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Contratos de Concessão, mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada em 2019 e 2018 é de 2% para os contratos de concessões públicas. Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados.

2.19 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia disponibiliza um plano de Previdência Complementar através de entidade fechada de Previdência Complementar. Entidade sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994).

O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos funcionários, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação do funcionário no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação no resultado tem como base os resultados alcançados pela Companhia e avaliação do desempenho individual do funcionário, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

(c) Outros benefícios pós emprego

A Companhia concede determinados benefícios de assistência à saúde (“plano de saúde”) pós-emprego aos funcionários elegíveis. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do integrante no emprego até um tempo mínimo de vínculo e/ou idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado e ter sido contribuinte na manutenção do plano de saúde. O custo do plano de saúde pós-emprego é arcado pelo funcionário através de emissão de apólice individual.

A Companhia reconhece as obrigações com benefícios pós-emprego correspondente ao valor presente das obrigações atuariais de longo prazo, originado pelo subsídio que é concedido pela empresa aos inativos, ou seja, correspondente à diferença entre o custo do beneficiário e sua contribuição ao longo do tempo.

As obrigações com benefícios pós-emprego são avaliadas em função dos cadastros individuais dos funcionários participantes (empregados ou aposentados), incluindo seus dependentes, dos custos dos planos de saúde e das hipóteses atuarias que projetam os benefícios futuros.

A Companhia acompanha as mudanças nestes cenários periodicamente, através de avaliação realizada por atuários independentes e, as remensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas imediatamente no balanço patrimonial em contrapartida a outros resultados abrangentes no período em que ocorram. As remensurações não são reclassificadas ao resultado em períodos subsequentes sendo, no entanto, transferidas para lucros acumulados dentro do patrimônio líquido antes de sua destinação para as demais reservas.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.20 Normas novas que estão em vigor

Os seguintes pronunciamentos adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2019:

- CPC 06 (R2) – “Operações de arrendamento mercantil”.

O CPC 06 (R2) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 em substituição aos seguintes pronunciamentos e orientações: CPC 06 (R1) – Operações de arrendamento mercantil, a ICPC 03 – Aspectos complementares de arrendamento mercantil.

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 (R1).

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários, das quais a Companhia optou por adotar – arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo, ou seja, com prazo de arrendamento inferior a 12 meses. Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários são obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Para determinar o valor do passivo de arrendamento, a Companhia utilizou na adoção inicial, o saldo das parcelas remanescentes, trazido a valor presente pela taxa referente ao cupom médio correspondente às captações de empréstimos com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes. Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização anterior de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1). O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. A Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada e, dessa forma, não será necessária a reapresentação dos saldos comparativos anteriores ao exercício apresentado.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Devido à adoção do CPC 06 (R2), um aumento no Balanço Patrimonial nas rubricas de Ativos de direito de uso e Passivos de arrendamento pode ser observado. Houve também um aumento no lucro antes das receitas e despesas financeiras da Companhia, com conseqüente, aumento nas despesas financeiras. Isso se deve à mudança na contabilização de despesas com arrendamentos que foram classificados como arrendamentos operacionais conforme o CPC 06 (R1). Estes impactos podem ser observados nos quadros a seguir, onde, para fins de comparação, são demonstrados os valores consolidados no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2019 e na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2019.

	Demonstrações Financeiras divulgadas em 31/12/2018	Impacto referente a adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Demonstrações Financeiras em 01/01/2019
Ativo			
Outros ativos circulantes	129.060		129.060
Ativo circulante	129.060		129.060
Intangível (direito de uso)	567.497	3.773	571.270
Outros ativos não circulantes	59.630		59.630
Ativo não circulante	627.127	3.773	630.900
Total do ativo	756.187	3.773	759.960
Passivo			
Arrendamento mercantil		1.331	1.331
Outros passivos circulantes	94.119		94.119
Passivo circulante	94.119	1.331	95.450
Arrendamento mercantil		2.442	2.442
Outros passivos não circulantes	507.167		507.167
Passivo não circulante	507.167	2.442	509.609
Patrimônio líquido	154.901		154.901
Total do passivo e patrimônio líquido	756.187	3.773	759.960

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

2.21 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo CPC, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

- CPC 26 (R1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”, aplicável a partir de 01 de janeiro de 2020.
- CPC 15 (R1) – “Combinação de Negócios”, aplicável a partir de 01 de janeiro de 2020.
- CPC 50 – “Contratos de Seguros”, aplicável a partir de 01 de janeiro de 2021.

Não há outras normas ou interpretações que não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na expectativa histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas a seguir:

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; e (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia.

Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. O prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

(c) Reconhecimento de receita de construção

A Companhia usa o método de custo acrescido de margem para reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de construção da infraestrutura dos contratos de concessão (ICPC01). O uso deste método requer que a Companhia estime a margem a ser acrescida aos custos incorridos com os serviços executados e é apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados. (Nota 2.18 (b)).

(d) Receita não faturada

A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada serviço, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(e) Vida útil dos ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da concessão de serviços público são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

(f) Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Perda provável: são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil correspondente ao valor estimado da causa.
- Perda possível: são processos onde a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.
- Perda remota: são processos onde o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo o Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

(g) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra as perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis (Nota 6), com base na análise do contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 2.5.

A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber.

Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

F. AB. Zona Oeste S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, caixas e fundos restritos, contas a receber, contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos das empresas, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

(a) Risco de crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, fundos restritos, contas a receber e depósitos em bancos e instituições financeiras (Notas 2.7, 5 e 6).

(b) Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o respectivo custo.

Em benefício de sua gestão, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo valores circulantes e não circulantes, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, podem ser assim sumariados:

	2019	2018
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 13.1)	595.332	504.366
Total de arrendamento mercantil (Nota 13.2)	3.377	
Total de debêntures (Nota 13.3)	53.851	32.474
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(82.622)	(37.799)
(-) Fundos restritos	(19.117)	(19.473)
Dívida líquida	550.821	479.568
Total do patrimônio líquido	169.426	154.901
Total do capital	720.247	634.469
Índice de alavancagem financeira - %	76%	76%

4.3 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	2019	2018
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	82.622	37.799
Caixas restritos	7.203	7.444
Fundos restritos	19.117	19.473
Contas a receber	89.567	79.065
Partes relacionadas	12	12
	198.521	143.793
Passivos financeiros pelo custo amortizado		
Fornecedores	(15.850)	(15.195)
Empréstimos e financiamentos	(595.332)	(504.366)
Arrendamento mercantil	(3.377)	
Debêntures	(53.851)	(32.474)
Obrigações com o poder concedente	(1.650)	(17.228)
Partes relacionadas	(1.383)	(904)
Outros passivos	(7.344)	(8.007)
	(678.787)	(578.174)

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.4 Estimativa do valor justo

Caixa, equivalentes de caixa e fundos restritos são compostos, basicamente, por certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores e poder concedente a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, estejam próximos de seus valores justos.

O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 16.

Os financiamentos estruturados contratados junto à CEF possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos contratos e, por esta razão, são considerados pelo valor nominal atualizado até a data do balanço.

As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais, descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros obtidas no site da BM&FBovespa.

Após realizada as análises acima, a Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Fundo fixo	3	3
Bancos conta movimento	9.316	4.853
Aplicações financeiras (i)	73.303	32.943
	<u>82.622</u>	<u>37.799</u>

- (i) O saldo de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2019, está representado por aplicações financeiras de renda fixa e liquidez imediata e Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”), sendo a remuneração relacionada a uma variação média de 98% (2018 - 99%) do CDI. O aumento refere-se principalmente, pela captação da 4ª emissão de debêntures (Nota 13.3).

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Contas a receber, líquidas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contas a receber de clientes		
Concessões públicas	512.933	452.211
PECLD	<u>(423.366)</u>	<u>(373.146)</u>
	89.567	79.065
(-) Circulante	<u>(83.712)</u>	<u>(72.530)</u>
Não circulante (i)	<u>5.855</u>	<u>6.535</u>

- (i) O saldo do contas a receber de longo prazo refere-se, integralmente, a parcelamentos acima de 12 meses efetuados junto aos clientes, cujas datas de vencimento são superiores a um ano da data-base do balanço da Companhia.

A análise das faturas vencidas e provisionadas da Companhia é a seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
A vencer	28.120	23.755
Vencidos		
Até 30 dias	12.132	12.493
De 31 a 60 dias	9.457	7.371
De 61 a 90 dias	6.555	5.593
De 91 a 180 dias	18.276	15.164
Mais de 180 dias	3.947	4.096
Valores a faturar	<u>11.078</u>	<u>10.593</u>
Contas a receber de clientes	89.565	79.065
Agentes arrecadadores	2	
Total	<u>89.567</u>	<u>79.065</u>

A Companhia vem adotando medidas para recuperar o PECLD, tais como: (i) ações sociais e de recadastramento junto aos clientes; (ii) negociação e/ou suspensão dos serviços junto aos clientes inadimplentes; (iii) contratação de assessorias externas de cobrança; (iv) melhorias no sistema comercial para apoio à gestão dos recebíveis; e (v) negociação junto aos órgãos públicos.

A movimentação da PECLD de contas a receber da Companhia é a seguinte:

	<u>Saldo no início do exercício</u>	<u>Adições</u>	<u>Contas a receber baixadas por recebimento</u>	<u>Outros</u>	<u>Saldo no final do exercício</u>
Em 31 de dezembro de 2019	(373.146)	(63.767)	1.750	11.797	(423.366)
Em 31 de dezembro de 2018	(330.882)	(60.744)	6.423	12.057	(373.146)

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Tributos a recuperar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
INSS retido sobre serviços	13	14
Imposto de renda	855	1.426
Contribuição social	261	240
PIS e COFINS (i)	<u>13.121</u>	<u>11.432</u>
	14.250	13.112
(-) Circulante	<u>(7.723)</u>	<u>(6.006)</u>
Não circulante	<u>6.527</u>	<u>7.106</u>

- (i) O saldo representa, substancialmente, a opção de utilizar o desconto dos créditos da contribuição para o PIS e COFINS no prazo de 24 meses, nas incorporações de edificações ao intangível para utilização nas operações, conforme disposto no art. 6º da Lei nº 11.488/07.

8 Fundos restritos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fundos Restritos	<u>19.117</u>	<u>19.473</u>

O saldo de fundos restritos representa depósitos bancários, com rendimento de 102% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), tendo sua utilização vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de debêntures (Nota 13.3 (d)), sendo que os valores são retidos até os vencimentos dos mesmos.

9 Ativos de contrato

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo no início do exercício	83.634	31.281
(+) Adições (i)	108.576	52.353
(-) Transferências (ii)	<u>(132.365)</u>	
Saldo no final do exercício	<u>59.845</u>	<u>83.634</u>

- (i) As adições representam os investimentos na ampliação do sistema de esgotamento sanitário, com prazo de conclusão previsto para dezembro de 2020.
- (ii) O saldo refere-se, substancialmente, à aquisição de equipamentos, materiais e serviços para construção da infraestrutura da concessão.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia capitalizou juros e encargos financeiros nos ativos de concessão, no valor de R\$ 5.537 (2018 – R\$ 4.997), durante o período no qual os ativos estão em construção.

10 Direitos de uso de arrendamento mercantil

	Imóveis	Veículos	Total
Custo			
Adições	1.873	2.994	4.867
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	1.873	2.994	4.867
Amortização			
Amortização	(285)	(1.347)	(1.632)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	(285)	(1.347)	(1.632)
Valor contábil líquido	1.588	1.647	3.235
Vida útil (anos)			1 a 7

11 Intangível

	Sistema de água e esgoto	Direito de concessão	Softwares	Total
Custo de aquisição				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2018	460.395	98.240	122	558.757
Adições	276		2	278
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	460.671	98.240	124	559.035
Amortização acumulada				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2018	(29.989)	(18.557)	(85)	(48.631)
Amortização	(23.243)	(3.275)	(23)	(26.541)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	(53.232)	(21.832)	(108)	(75.172)
Valor contábil líquido	407.439	76.408	16	483.863
Vida útil (anos)	5 a 30	30	5	
Custo de aquisição				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2019	460.671	98.240	124	559.035
Adições	289		5	294
Baixas	(4)			(4)
Transferências	132.346	19		132.365
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	593.302	98.259	129	691.690
Amortização acumulada				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2019	(53.232)	(21.832)	(108)	(75.172)
Amortização	(25.404)	(3.275)	(15)	(28.694)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	(78.636)	(25.107)	(123)	(103.866)
Valor contábil líquido	514.666	73.152	6	587.824
Vida útil (anos)	5 a 30	30	5	

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Fornecedores

Referem-se, substancialmente, aos contratos com fornecedores e empreiteiros, que prestam serviços e fornecem materiais para construção da infraestrutura para atender o plano de investimentos da Companhia (Nota 1).

	2019	2018
Aquisição de infraestrutura	12.591	10.432
Serviços e materiais para operação	1.765	3.909
Outros	1.494	854
	<u>15.850</u>	<u>15.195</u>

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

13.1 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

Modalidade e encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimentos	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2019	2018
Estruturado						
TR + juros de 8,7%	8,71%	ago/37			571.462	484.604
Juros de 3,5%	3,50%	dez/23			23.885	19.780
(-) Custo de transação			30	(15)	(15)	(18)
Total			<u>30</u>	<u>(15)</u>	<u>595.332</u>	<u>504.366</u>
Total de empréstimos curto prazo					21.770	17.009
(-) Custo de transação					(4)	(4)
Circulante					<u>21.766</u>	<u>17.005</u>
Total de empréstimos longo prazo					573.577	487.375
(-) Custo de transação					(11)	(14)
Não circulante					<u>573.566</u>	<u>487.361</u>
Total					<u>595.332</u>	<u>504.366</u>

(b) Movimentação

	2019	2018
Saldo no início do exercício	504.366	481.282
(+) Adição de principal	108.665	37.563
(+) Adição de juros	32.128	29.178
(-) Amortização de principal	(17.436)	(14.525)
(-) Amortização de juros	(32.394)	(29.136)
(+) Custo de transação	3	4
Saldo no final do exercício	<u>595.332</u>	<u>504.366</u>

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Prazo de vencimento

O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

	<u>2019</u>
2021	21.936
2022	23.271
2023	24.688
2024	25.440
2025	27.009
2026	28.675
2027	30.444
2028	32.322
2029	34.315
2030	36.432
2031 em diante	<u>289.034</u>
	<u>573.566</u>

(d) Garantias e outras informações relevantes

As garantias do contrato junto à “CEF”, todas em 1º grau, são: (i) vinculação de 100% da receita da Companhia, por meio da estrutura de contas especiais de garantia (*escrow accounts*); (ii) penhor de 100% dos direitos creditórios oriundos do contrato de concessão, representados pela receita vinculada e empenhada; (iii) penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia, de titularidade das acionistas, representativas de 100% do capital social; (iv) seguros; (v) nota promissória: emissão de uma nota promissória, pelo mutuário, no valor de 100% do valor do financiamento, (vi) Todos os recursos recebidos do Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão e; (vii) *Covenants*: garantias constituídas por meio de obrigações contratuais de fazer e de não fazer, representadas por obrigações societárias e por obrigações pecuniárias.

13.2 Arrendamento mercantil

(a) Composição

Modalidade	Taxa efetiva de desconto	Vencimentos	Ajuste a valor Presente Incorrido	Saldos do ajuste a valor presente a apropriar	2019
Arrendamento Mercantil	18,30%	ago/2020 a out/2027	1.285	(747)	4.124
(-) AVP					(747)
Total			<u>1.285</u>	<u>(747)</u>	<u>3.377</u>
(-) Circulante					(1.498)
Não circulante					<u>1.879</u>

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação

	<u>2019</u>
Saldo no início do exercício	
(+) Adição de principal	6.152
(-) Amortização de principal	(2.029)
(-) Adição AVP	(1.285)
(+) Amortização AVP	539
Saldo no final do exercício	<u>3.377</u>

(c) Vencimentos

	<u>2019</u>
	<u>Consolidado</u>
2021	689
2022	336
2023	328
2024	198
2025	168
2026	79
2027	81
	<u>1.879</u>

13.3 Debêntures

(a) Composição

Debenturista	Série	Emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros atual	Vencimentos	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2019	2018
Vinci Crédito e Desenvolvimento I - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Vinci")	Única	out/2012	IPCA+ 9,75%	14,48%	abr/2020			3.914	16.597
Vinci	1ª Série	ago/2014	IPCA+ 9,75%	14,48%	abr/2020			3.192	13.751
Vinci	2ª Série	dez/2014	IPCA+ 9,75%	14,48%	abr/2020			2.126	2.126
Multimercado	Única	dez/2019	CDI+ 1,20%	7,21%	dez/2021			45.047	
(-) Custos de transação						447	(428)	(428)	
Total						<u>447</u>	<u>(428)</u>	<u>53.851</u>	<u>32.474</u>
Total de debêntures curto prazo								12.741	
(-) Custo de transação								(223)	
Circulante								<u>12.518</u>	<u>23.444</u>
Total de debêntures longo prazo								41.538	
(-) Custo de transação								(205)	
Não circulante								<u>41.333</u>	<u>9.030</u>
Total								<u>53.851</u>	<u>32.474</u>

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação

	2019	2018
Saldo no início do exercício	32.474	56.008
(+) Novas emissões	45.000	
(+) Encargos financeiros	2.585	5.761
(-) Amortização principal	(22.880)	(22.880)
(-) Amortização juros	(2.900)	(6.415)
(+) Adição custo de transação	(447)	
(-) Custos de transação	19	
Saldo no final do exercício	53.851	32.474

(c) Vencimentos

	2019	2018
2021	41.333	9.030

(d) Garantias e outras informações relevantes

As garantias das debêntures referente a Vinci, todas em 2º grau, são: (i) vinculação de 100% da receita da Companhia, por meio da estrutura de contas especiais de garantia (*escrow accounts*); (ii) penhor de 100% dos direitos creditórios oriundos do contrato de concessão, representados pela receita vinculada e empenhada; (iii) penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia, de titularidade das acionistas, representativas de 100% do capital social e; (iv) garantias constituídas por meio de obrigações contratuais de fazer e de não fazer, representadas por obrigações societárias e por obrigações pecuniárias (“Covenants”).

Em 12 de dezembro de 2019 foi realizada a 4ª emissão de debêntures, as debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautela, simples, não conversíveis em ações. Foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, com a intermediação do Banco ABC (Coordenador Líder). A distribuição, negociação e custódia eletrônica foi operacionalizada pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM (“B3”). A 4ª emissão de debêntures possui garantia fidejussória das acionistas e covenants.

13.4 Cláusulas contratuais restritivas - *Covenants*

A Companhia possui em seus contratos de financiamentos e escrituras de emissão de debêntures, cláusulas restritivas que obrigam ao cumprimento de garantias especiais.

A consequência pelo não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia cumpriu as cláusulas restritivas relativas aos referidos financiamentos e debêntures.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Obrigações com poder concedente

Refere-se, substancialmente, aos valores mensais a serem pagos à Prefeitura do Rio de Janeiro a título de outorga. Em novembro de 2016, a Companhia através de uma liminar expedida pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, foi autorizada a depositar judicialmente a outorga, valores estes registrados na rubrica de Depósito Judicial, em razão de pleitos questionados pela Companhia.

Em 03 de dezembro de 2018 foi assinado o Primeiro Termo Aditivo do Contrato de Concessão Nº 001/2012, ajustando-se os pleitos questionados e extinção dos processos.

Em 31 de maio de 2019 o passivo em aberto dessa operação, no montante de R\$ 15.834, foi destinado à Prefeitura do Rio de Janeiro, em contrapartida a finalização dos pleitos questionados pela Companhia.

Movimentação

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo no início do exercício	17.228	8.783
(+) Adição	16.371	12.635
(-) Amortização principal	<u>(31.949)</u>	<u>(4.190)</u>
Saldo no final do exercício	<u>1.650</u>	<u>17.228</u>

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Composição, expectativa de realização e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição no balanço patrimonial (não circulante)	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Passivo diferido	<u>(9.025)</u>	<u>(5.691)</u>

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme o estudo técnico preparado pela administração da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir:

	2019
Ativo de imposto diferido	
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	1.628
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	14.188
	15.816
Expectativa de realização do ativo diferido é como segue:	
2020	1.628
2021	1.829
2022	2.117
2023	3.059
2024	7
2029	7.176
	15.816
Passivo de imposto diferido	
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	(24.841)
Expectativa de realização do passivo diferido é como segue:	
2026	(600)
2027	(2.229)
2028	(6.178)
2029	(7.108)
2030 em diante	(8.726)
	(24.841)

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, levando em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Reconhecido na		Reconhecido		Outros	2019
	2018	demonstração do resultado	diretamente no patrimônio líquido			
Ativo fiscal diferido						
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	12.022	(3.380)				8.642
Provisões	5.334	1.220				6.554
Demais diferenças temporárias		62				62
Lei 9656 - Obrigações com benefícios pós emprego			558			558
Compensação CPC 32 (IAS 12)	(17.356)				1.540	(15.816)
		(2.098)	558		1.540	
Passivo fiscal diferido						
Lucros diferidos (órgãos governamentais)	(747)	(1.462)				(2.209)
Receita e custo de construção concessões ativo intangível	(858)	576				(282)
Capitalização de juros e custo de transação	(21.442)	(908)				(22.350)
Compensação CPC 32 (IAS 12)	17.356				(1.540)	15.816
	(5.691)	(1.794)			(1.540)	(9.025)

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação das alíquotas nominal com a taxa efetiva

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia, antes do imposto de renda e contribuição social, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal, aplicável ao lucro Companhia, como segue:

	2019	2018
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	34.195	15.294
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(11.626)	(5.200)
Efeito das adições permanentes	10	(27)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(11.616)	(5.227)
Composição do IR e da CS:		
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.724)	(4.217)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.892)	(1.010)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(11.616)	(5.227)
Alíquota efetiva	-33,97%	-34,18%

16 Partes relacionadas

	Ativo não circulante		Passivo não circulante		Resultado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
BRK Ambiental (i)	12	12	1.383	904	(9.095)	(8.496)

- (i) Refere-se, à repasse dos custos com serviços realizada, conforme contrato entre as partes, sem encargos financeiros e vencimento indeterminado.

17 Provisão para contingência

	Reclamações cíveis	Contingências trabalhista e previdenciárias	Total
Em 1º de janeiro de 2019	3.201	980	4.181
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	264	1.594	1.858
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	(2.378)		(2.378)
(-) Reduções decorrentes de pagamentos		10	10
Em 31 de dezembro de 2019	1.087	2.584	3.671

O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza civil e trabalhista, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações na qual a Companhia é ré e para as quais a classificação de perda é provável.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída.

A Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para defesa. Abaixo composição:

<u>Natureza</u>	<u>2019</u>
Reclamações cíveis	13.880
Contingências ambientais	3.571
Contingências trabalhistas e previdenciárias	1.355
Total	<u>18.806</u>

18 Obrigações com benefícios pós emprego

Plano de assistência médica pós-emprego

(i) Premissas atuariais

	<u>2019</u>
Taxa de desconto - taxa real (NTN-B)	3,40% a.a.
Taxa de inflação	3,50% a.a.
Taxa de inflação médica	3,00% a.a.
Aumento por idade	3,00% a.a.
Taxa estimada de permanência no plano	15%
Rotatividade	0,60 (Tempo de serviço +1)
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Ávaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1944
Idade para aposentadoria	100% aos 60 anos

(ii) Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes estão apresentados a seguir:

Passivo atuarial	<u>Imposto de renda e contribuição</u>		
	<u>Valor bruto</u>	<u>social</u>	<u>Saldo final líquido</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u>1.640</u>	<u>(558)</u>	<u>1.082</u>

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

	% de participação		Capital social		Quantidade de ações	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
BRK Ambiental	50,00%	50,00%	69.812	69.812	72.118.371	72.118.371
SAAB	50,00%	50,00%	69.812	69.812	72.118.371	72.118.371
			<u>139.624</u>	<u>139.624</u>	<u>144.236.742</u>	<u>144.236.742</u>

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

(c) Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, conforme faculta o artigo 202, parágrafo 3º da Lei 6.404/76, que será deliberada na ocasião da assembleia conforme art. 199 da Lei 6.404/76.

(d) Dividendos

Nos termos do estatuto social, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício social, um dividendo obrigatório mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculados nos termos da legislação brasileira.

Os dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao dispositivo nos artigos 197 e 202 da lei das Sociedades por Ações.

Em 27 de abril de 2018, foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 2.147, com base nos lucros apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e foram liquidados em 18 de dezembro de 2018.

Em 11 de dezembro de 2018, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 1.607, oriundos das reservas de lucros acumulados de 2017 e pagos em 18 de dezembro de 2018.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de abril de 2019, foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 2.391, com base nos lucros apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e foram liquidados em 27 de dezembro de 2019.

Em 17 de dezembro de 2019, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 1.609, oriundos das reservas de lucros acumulados de 2018 e pagos em 27 de dezembro de 2019.

(e) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Adicionalmente, a Companhia não mantém ações em tesouraria.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	22.579	10.067
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>144.237</u>	<u>144.237</u>
Lucro básico por ação (em R\$)	<u>0,16</u>	<u>0,07</u>

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro líquido básico e o diluído por ação são iguais.

(f) Ajuste de avaliação patrimonial

Os ganhos e perdas decorrentes da avaliação inicial das obrigações com benefícios pós-emprego foram reconhecidas no balanço patrimonial em contrapartida a outros resultados abrangentes, em função início da vigência da nova apólice do plano de saúde ter ocorrido em dezembro de 2019.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Resultado do exercício

(a) Receita

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	2019	2018
Operações		
Receita de serviços	280.224	242.419
Receita de construção	108.381	52.494
	388.605	294.913
Impostos e contribuições sobre serviços	(24.776)	(20.753)
Abatimentos e cancelamentos	(15.651)	(14.962)
	<u>348.178</u>	<u>259.198</u>

(b) Despesa por natureza

	Nota explicativa	2019	2018
Classificadas por natureza:			
Custo de construção		(106.213)	(51.444)
Pessoal			
Remunerações		(22.073)	(21.461)
Encargos sociais e trabalhistas		(8.153)	(6.666)
Benefícios		(12.121)	(11.513)
		(42.347)	(39.640)
Materiais		(8.865)	(8.368)
Serviços			
Aluguéis e condomínios		(4.826)	(6.741)
Energia elétrica		(3.876)	(3.911)
Manutenções		(1.843)	(1.527)
Auditorias, consultorias e assessorias		(9.320)	(7.032)
Outros		(18.770)	(16.418)
		(38.635)	(35.629)
Tributos, taxas e contribuições		(16.813)	(13.141)
Partes relacionadas	16	(9.095)	(8.496)
Seguros		(1.465)	(1.886)
Depreciação e amortização		(31.254)	(27.439)
Viagens		(115)	(147)
PECLD		(50.220)	(42.264)
Outras		16.406	5.404
		<u>(288.616)</u>	<u>(223.050)</u>
Classificadas por função:			
Custo dos serviços prestados		(219.396)	(152.101)
Gerais e administrativas		(64.350)	(70.894)
Outras despesas líquidas		(4.870)	(55)
		<u>(288.616)</u>	<u>(223.050)</u>

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.379	3.393
Multas por atraso de pagamento	4.026	6.754
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(342)	(490)
Outras	959	396
	<u>7.022</u>	<u>10.053</u>
Despesas financeiras		
Comissões bancárias	(375)	(661)
Tarifas bancárias	(115)	(97)
Juros e variações monetárias (i)	(29.176)	(29.943)
Amortização do custo de transação	(22)	(4)
Ajuste a valor presente	(539)	
Outras	(2.162)	(202)
	<u>(32.389)</u>	<u>(30.907)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(25.367)</u>	<u>(20.854)</u>

(i) Refere-se, substancialmente, aos juros de financiamentos da CEF e debêntures da Vinci.

21 Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros estabelecidos nas políticas das Acionistas (Grupo Brookfield e Grupo Águas do Brasil) e as coberturas são estabelecidas pela administração.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prédio e instalações, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, garantia de cumprimento de obrigações de contrato de concessão e veículos resumidos como segue:

Tipo de cobertura	Importâncias seguradas
Garantia de contrato	231.923
Responsabilidade civil	65.000
Risco de engenharia	336.477
Riscos operacionais	1.747.822
Veículos	250

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Operações que não afetaram caixa (demonstração dos fluxos de caixa)

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

	<u>2019</u>
Total de adições do ativo de contrato e do intangível (Notas 9 e 11)	108.871
Itens que não afetam caixa (ver composição a seguir)	<u>(9.863)</u>
Total das adições no intangível conforme demonstração do fluxo de caixa	99.008
Transações de investimento e financiamentos que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa:	
Juros capitalizados no exercício	(5.537)
Fornecedores a pagar	(2.158)
Margem de construção do exercício	<u>(2.168)</u>
Total	<u>(9.863)</u>
	* * *